

Junho de 1986

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Quarta-feira 25 6689

O SR. PRESIDENTE (José Frejat) — Vou submeter a votos o

**SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL
AO PROJETO DE LEI Nº 3.107-D, DE 1976**

Tema insubstituível a nulidade de atos praticados sem a apresentação dos Certificados de Regularidade de Situação e de Quitação com a Previdência Social.

Art. 1º São invalidados os atos praticados e os instrumentos assinados e lavrados, até a vigência do Decreto-lei nº 1.938, de 9 de setembro de 1982, com inobservância do que preceitua a Lei nº 5.757, de 3 de dezembro de 1971, que estabelece regime de gratificação ao pessoal à disposição do FUNRURAL, não se lhes aplicando, em consequência, o disposto no art. 142 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (José Frejat) — Os Senhores que o aprovaram queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado.
Vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (José Frejat) — Concedo a palavra ao Sr. Paulo Xavier, na qualidade de Líder do PFL.

O SR. PAULO XAVIER (PFL — PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho hoje à tribuna da Câmara dos Deputados falar a respeito de um tema novo, que vai suscitar, sem dúvida alguma, o interesse da Casa porque, sob todos os aspectos, é histórico. É um tema que caracteriza a abertura dos novos tempos que restabelece o direito de todos serem iguais perante a lei.

O Brasil assiste ao extraordinário espetáculo da abertura democrática com o Nova República. Após longos anos de ostracismo eleitoral, a democracia vive a efervescência de um novo tempo político, de liberdade e trabalho pelo progresso moral, econômico e social de nossa Pátria.

Brasileiros desacomodados com a liberdade eleitoral alvoroçam-se no entusiasmado interesse de votar e ser votado.

De Norte a Sul, da capital ao interior, do homem da cidade ao homem do campo, nova expectativa, expectativa de um novo tempo, de um novo Brasil, de restauração da cidadania plena, restauração do mais profundo sentimento de unidade nacional.

É o que se verifica no Brasil. Elabore-se à ideia de liberdade o desejo de plena participação, de eufórica participação política e social. Prosperam em todos os recantos os sindicatos, as associações de classe, os novos partidos, as ligas e as lideranças. Os jovens mobilizam-se, o clima nacional é de profunda fé e certeza de um novo tempo.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O povo de Brasília sintoniza-se com esse novo estado de espírito e, através do suas lideranças, exige participação política em todos os níveis.

O Presidente Tancredo Neves disse que conhecia homens assados, mas jamais viu cidade assada. Referiu-se Tancredo Neves à Brasília, em entrevista na Sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, quando arduo sobre a eleição de Governadores e Vice, Deputados e Senadores do Distrito Federal. Prefeitos das cidades satélites de Brasília e Câmaras dos representantes daquelas comunidades.

Pensava o Presidente Tancredo Neves devolver à Brasília o direito ao voto. E a Emenda Constitucional de nº 25 o fez em parte, quando estabeleceu eleições para 8 Deputados e 3 Senadores.

Acontece que no compromisso da Aliança Democrática, firmado por Tancredino e Aureliano Chaves, Marco Maciel e Ulysses Guimarães, o item nº 1 dizia garantir eleições em todos os níveis para o Distrito Federal.

Essa promessa antecede, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a eleição e a vitória da Nova República. Ela começou com os entendimentos para que realizássemos a Aliança Democrática.

Conversei longamente com o eminente Ministro Aureliano Chaves sobre o assunto. E lembrou-me S. Exª ser aquele compromisso intocável.

O Presidente Ulysses Guimarães muitas vezes, também, reiterou a necessidade de Brasília ter eleições. Quando assumiu, o Presidente José Sarney reafirmou que os compromissos do Presidente Tancredo Neves seriam cumpridos, pois eram promessas de ambos ao longo de suas campanhas para Presidente e Vice-Presidente da República.

O direito de voto do povo brasileiro não tem restrições políticas ou sequer jurídicas, pois a Constituição Federal diz que todos são iguais perante a lei e que todo poder emana do povo e em seu nome será exercido.

Estrúxula a situação de Brasília, que não realiza nenhuma das duas opções. Ridícula a situação dos brasileiros que são cidadãos pela metade. Fantástica a situação do Brasil que, como outra colônia de qualquer parte do mundo subdesenvolvido, ainda mantém restrições políticas e eleitorais, impedindo que parte da população possa votar e ser votada.

São necessários grandeza e seriedade, coragem e desprendimento para que o Congresso Nacional efetive a expectativa desse povo brasileiro, aprovando a Emenda 83/85, que já conta com a urgência urgentíssima do processo legislativo e está prestes a ser votada pelo plenário.

Reconheço, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a dificuldade para que isso se realize ainda no decorrer deste ano eleitoral. Não faço críticas à ausência dos colegas Deputados e Senadores, porque sei que lutam também para estabelecer, durante este ano, o princípio da liberdade eleitoral, que tanto eleva o País e tanto engrandeceu o Brasil em todo o mundo.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados. A cidade-satélite chamada Ceilândia possui mais de 450 mil habitantes. Maior do que 8 capitais brasileiras. Pois bem. A Ceilândia é administrada por um assessor do Governador de Brasília, com a denominação de Administrador.

Ninguém é ouvido quando da nomeação do administrador das cidades satélites.

Nunca o foi. Ensaia-se de forma demagógica a audição daquelas comunidades, mas sequer se chegou a proporcionar a realização de conversas anteriores à nomeação dos administradores bionicos. Aquelas comunidades são obrigadas a engolir goela a dentro as nomeações de pessoas que desconhecem, que jamais viram no passado.

Taguatinga possui 250 mil habitantes, centro do comércio voltado para o Distrito Federal, onde reside grande parte da população de Brasília com razoável poder aquisitivo.

O Gama com 198 mil habitantes em situação idêntica. Sobradinho com mais de 100 mil habitantes, Planaltina com 60 mil habitantes, o Plano Piloto, que inclui a Asa Sul e Asa Norte, com aproximadamente 250 mil habitantes — este sequer tem administrador bionico —, Brazlândia com 27 mil habitantes, o Lago Sul com quase 80 mil habitantes e o Lago Norte com quase 50 mil.

Acredite-se a tudo isto as cidades de Goiás circunvizinhas, administradas como distritos e que inflam o Distrito Federal com problemas sociais graves e profundos, e diria até irrecuperáveis. Não há solução para o pipocar de cidades e distritos ao redor de Brasília. Não há como segurar este crescimento e essa captação, fruto, de certa forma, da vigarice daqueles que vêm, na proximidade de Brasília com o Estado de Goiás, forma e ambiente para fortunas imediatas.

Brasília tem um déficit de 120 mil habitantes. Representa três vezes o tamanho da minha cidade natal, Patos, que é a terceira do Estado da Paraíba, com cerca de 43 mil habitantes. Dos 600 mil habitantes com condições de trabalho, 340 mil trabalham e 260 mil não têm oportunidade de nenhuma atividade profissional, o que vale dizer com padrões de vida perto da miséria e sem dúvida alguma já indigna e promiscua.

Ouçõ o nobre Deputado Matheus Schmidt.

O Sr. Matheus Schmidt — Nobre Deputado Paulo Xavier, quero congratular-me com V. Exª pelo discurso que faz nesta tarde. Realmente, Brasília está precisando de que seus problemas passem pelo Congresso Nacional, num amplo debate, a fim de que fatos como esses que V. Exª denuncia se tornem do conhecimento da Nação. Há pouco falava o nobre colega sobre questão cujo reavivamento na memória do povo brasileiro considero ser de

grande importância. As eleições diretas para a Capital da República constituíram-se, realmente, em promessa formal da Aliança Democrática, no momento em que ela se formava. O documento original, que deu vida à Aliança Democrática, já trazia a decisão de luta pelas eleições diretas no Distrito Federal. Por conseguinte, nobre Deputado, a negativa da sua realização, até agora, constituiu-se no descumprimento de uma promessa formal da Aliança Democrática, que não é a primeira. O grande descumprimento inicial de promessa formal quando da constituição da Aliança Democrática foi a negativa de eleição direta para a Presidência da República. Não basta, evidentemente, que o texto constitucional passe a prever eleição direta para Presidente da República. Era compromisso da Aliança Democrática viabilizar este tipo de eleições imediatamente. Infelizmente, já se passaram dois anos, na prática, daquele documento inicial assinado pelos grandes líderes do PMDB e do PFL. As eleições diretas foram remetidas às calendárias gregas. Ninguém sabe quando serão realizadas neste País. O não-cumprimento de promessa formal a respeito do Distrito Federal é, por conseguinte, nobre Deputado, mais um dos descumprimentos dos propósitos da Aliança Democrática. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PAULO XAVIER — Agradeço a V. Exª o aparte. Veja, Sr. Presidente, mesmo sendo Deputado pelo Partido da Frente Liberal e mesmo tendo consultado os companheiros do Partido, que subscreveram aquele documento tenho de ouvir de forma cabalística — difícil situação para um Deputado — o que diz o nobre Deputado Matheus Schmidt, e de reconhecer que S. Exª tem absoluta razão.

Mas, dizia eu que em política parece haver, nos últimos tempos, mais momentos de profunda tristeza do que de grandes realizações. É difícil ser Deputado isto é, tentar fazer justiça social, procurar interpretar as necessidades das populações dos Estados, das comunidades e das cidades, reivindicar o atendimento dessas necessidades, e depois voltar sem a solução dos problemas. É difícil compreender que se implante no Brasil uma Nova República e não a tenhamos em Brasília. Continua o mesmo modo de administração. Dos últimos vinte anos, por algumas razões que procuramos entender, mas que não dignificam os governos passados, nem avalizam o Governo do qual faço parte. São duas dificuldades do Governo Federal em implantar em Brasília eleições gerais e diretas já. Conheço as dificuldades que acarretaria um pleito geral, no sentido de ouvir as comunidades para todos os cargos.

Mas há momentos — e a História do Brasil está cheia deles — em que é preciso ter coragem e determinação e, acima de tudo, ser justo. Brasília quer votar. Já ouvi, muitas vezes, de nobres Deputados e Senadores, que o povo de Brasília não comparece às galerias do Congresso Nacional para reivindicar eleições, e que, se assim o fizesse, o Congresso, sem dúvida alguma, sensibilizado, procuraria atender ao seu apelo. Isso não é verdade. O povo de Brasília sequer tem esperança de eleições gerais e livres e descre no atendimento de compromissos avaliados por líderes nacionais, promessas de profundas mudanças no destino do País e da Capital da República. Brasília não é pior, melhor ou diferente do resto do Brasil. Não podemos detener a tese de que Brasília não pode votar porque constitui um distrito neutro. Isso não existe. E procurar no passado respostas obstaculizadoras do processo de modernização da Pátria. O Brasil não pode admitir a volta indiscriminada a tese já esgotadas no passado.

Ouçõ com prazer, o nobre Deputado Raul Bernardo.

O Sr. Raul Bernardo — Nobre Deputado Paulo Xavier, estamos ouvindo com atenção o pronunciamento de V. Exª No tocante aos aspectos que V. Exª combate, relacionados à política adotada pelo Governo do Distrito Federal, estamos de inteiro acordo. Na realidade, no que se refere ao combate que V. Exª faz à forma de nomeação bionica, dos chamados Administradores das cidades satélites, quais sejam, Ceilândia, Taguatinga, Gama, Sobradinho, Planaltina, Brazlândia, além do setor do Plano Piloto, onde não há administrador, e à análise que V. Exª faz do déficit de moradia em Brasília, que realmente, como Capital Federal, está a carcer de mais de cem mil habitações no momento, estamos de pleno acordo. Achaamos que, de fato, é mais um descumprimento

mento dos chamados compromissos da Aliança Democrática, que elego o novo Governo do Distrito Federal. Mas, nobre Deputado, o que estamos vivendo — valendo-nos de uma frase dita por V. Ex^a nessa tribuna — é um momento de profunda tristeza. Profunda tristeza dentro do tema que V. Ex^a discute hoje, que chamam de tema histórico. E eu diria que se trata de algo para fazer história. Na verdade, a abertura democrática, com a Nova República que se implantou no País, em termos de sustentação política, como, por exemplo, no meu Estado, Minas Gerais, simplesmente não existe mais. Inexistem, portanto, a chamada Aliança Democrática, o novo tempo, o novo estado de espírito, manifestado por V. Ex^a como reinantes na República brasileira, dentro dos princípios desejados de uma melhor unidade nacional e até mesmo dentro daquele conceito inicial expresso em seu pronunciamento, de que todos são iguais perante a lei, o que nos faz considerar que esse novo tempo e esse novo estado de espírito, como que por mágica, instalaram-se neste país. Ainda há dias foi afirmado pelo Líder do meu partido — e publicado em todos os jornais do País — que nada menos que 93% dos dirigentes da Nova República e foram também da República anterior. Nada mudou, portanto, em termos de administradores e dirigentes, eis que os que mandavam antes, dentre os que hoje mandam, estão na proporção de 93% dos detentores do poder na Nova República. Mais ainda, Sr. Deputado Paulo Xavier, estamos a observar, neste ano eleitoral que antecipa a eleição da futura Assembleia Nacional Constituinte, um interesse desusado pelo pleito do próximo dia 15 de novembro. E esse interesse desusado, no qual altam tantas forças presentes e ocultas, está realmente a proporcionar aos olhos da Nação, maior corrupção eleitoral. E acredito que esta seja talvez inédita em nosso País, a tal ponto que está sendo necessário elaborar uma legislação específica para combatê-la. Essa influência maléfica do poder econômico, que ameaça igualmente a formação da futura Constituinte, está a molestar todos quantos, com idealismo e vocação à flor da pele, desejam eleger-se por reeleger-se. Estamos sentindo, nobre Deputado, que o País vive tudo isso com profunda tristeza, especialmente no tocante aos temas abordados no pronunciamento de V. Ex^a Quanto a eleições diretas, então, nem se falam mais neste País, já que os que antes pregavam sua necessidade, para o cargo de Presidente da República, delas se esqueceram. Não há dificuldades para eleições diretas para Presidente da República. O que há, ilustre Deputado Paulo Xavier, é um completo desinteresse, especialmente por parte dos partidos que integram a chamada Aliança Democrática. Tudo isso vem corroborar o verdadeiro descumprimento dos compromissos de campanha feitos nos palanques da Aliança Democrática. Estamos, pois, revivendo um profundo estado de tristeza e de melancolia no que concerne à administração e política nacionais.

O SR. PAULO XAVIER — Muito obrigado. Contudo, Sr. Presidente, o abandono político do Distrito Federal não ontece a memória de ninguém e não pode revelar o grande respeito que os Deputados e Senadores têm por Brasília, que os hospeda.

Cidade idealizada para ter 500 mil habitantes, hoje, sube-se, ultrapassa os 2 milhões e no ano 2000 chegará a 4 milhões de habitantes, o que horroriza o atual Governo do Distrito Federal.

Bela cidade em sua arquitetura, esconde problemas e angústias de um povo abandonado, cansado e assado, e por isso mesmo possibilita que aventureiros, homens que se acostumaram a vir a Brasília uma vez por semana, arquetem planos políticos candidatando-se às vagas de Deputado e Senador. É lamentável.

Que não se utilize o argumento de que Brasília não pode votar, pois a tradição que extinga a cidadania e desserve à lei e aos interesses de um povo, não serve nem à Pátria nem ao respeito aos direitos fundamentais do homem, entre os quais o de ser autor de seu próprio destino.

A tranquilidade de Brasília não será mantida pelo silêncio eleitoral. O silêncio eleitoral propicia somente a corrupção, o desmando administrativo e político, e o abuso de poder, coisas da Velha República e de um tempo que todos queremos esquecer.

Cidade em que as favelas e os loteamentos clandestinos pipocam e todo instante, estará fadada a ser a vergo-

nha social do Brasil se medidas sérias e corajosas não forem tomadas.

Na minha opinião, tudo começa com o voto.

Concedo o aparte ao nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Nobre Deputado, ao inserir o meu aparte no seu pronunciamento, gostaria de cumprimentá-lo e dizer que não era minha intenção apartá-lo. Contudo, diante do aparte do nobre Líder do PUS, quero trazer a minha opinião e dizer que, como homem do PMDB, que votou das eleições diretas em 1984 — não é o caso do nobre Líder do PDS — e continua defendendo as eleições diretas para Presidente da República, que diferentemente do que disse o Líder do PDS, constituem hoje uma realidade no texto constitucional, restando-lhe somente a fixação do tempo de mandato, ainda luto para a eleição direta em todos os níveis. Este Deputado, particularmente, como Líder do PMDB em exercício, defende a opinião de que o mandato do atual Presidente da República deva ser de quatro anos. Altas, mandato dessa duração o próprio Presidente José Sarney já defendeu. Então, não é justo o que disse aqui o Líder do PDS, ao atribuir aos partidos que compõem a Aliança Democrática — falo em nome do meu partido, o PMDB — silêncio e desinteresse em relação às eleições diretas, porque não silenciemos nem estamos desinteressados a respeito desse importante assunto. Fomos a favor das diretas e votamos nesse sentido, em 1984, neste plenário. Também entendemos que a Constituinte, que deverá ser livre e soberana — espero que esteja livre dos abusos do poder econômico a que V. Ex^a se refere — possa fixar de forma muito clara o mandato do atual Chefe da Nação e, conseqüentemente, a data das próximas eleições diretas para Presidente da República. Particularmente, defendo que este mandato seja de quatro anos mas se a Constituinte entender que deva ser de cinco, submeto-me à essa decisão. Todavia, não se justifica dizer que o PMDB tem silenciado ou se mostrado indiferente ao assunto mais importante dos últimos anos, as eleições diretas. Parabéns à V. Ex^a

O SR. PAULO XAVIER — Nobre Deputado, concordo de forma absoluta com V. Ex^a, porque, pertencendo à Aliança Democrática, somos aqueles Deputados e Senadores que tiveram a coragem de romper com o passado, e que, no ostracismo do poder embora vinculá-lo a ele, tivemos a coragem de romper até com o presente, à época.

Concordo com V. Ex^a porque, como disse anteriormente, tudo começou com o voto, que inspirou a mudança, criando a Aliança Democrática. Essa inspiração, no entanto, não pode ficar circunscrita aos problemas nacionais, mas tem que descer a detalhes e ouvir as comunidades. Nenhum de nós tem o direito de exigir que Brasília seja a vedete de um discurso, que poucos têm coragem de pronunciar neste plenário.

Brasília não pode ser vítima do comodismo e da acomodação; não pode ser vítima do silêncio que se instalou sobre suas eleições; não pode ser vítima da incapacidade de enxergar a urgência das eleições em todos os níveis.

Até a UNE foi restabelecida com o projeto democrático, e digo até a UNE porque foi um grande avanço.

Prossigo, Sr. Presidente, dizendo que dois milhões de pessoas que pagam impostos, enfrentaram os desconfortos de Brasília e são injustiçadas todos os dias, não têm seus representantes, não têm, como os outros brasileiros, a quem recorrer. E, os Deputados e Senadores eleitos em 15 de novembro, serão um misto de padres, delegados, Prefeitos, Vereadores e Deputados Estaduais, depositários das reclamações de toda uma gente que é tida como surda, cega e muda. Que não tem interesses nem expectativas, e que, divergindo da Lei, não é uma gente igual aos outros brasileiros, que podem votar e são votados.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fregat) — Concedo a palavra ao Sr. Nelson Friedrich, na qualidade de Líder do PMDB.

O SR. NELSON FRIEDRICH (PMDB — PR. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso). — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraguai é um país mediterrâneo com um pouco mais de 400.000 Km quadrados e cerca de 3 milhões de habitantes. Limita com o Brasil, Argentina e Bolívia. A maior parte da população reside em áreas ru-

rais, sendo sua maior força de trabalho rural. Sua principal produção é agrícola, de onde extrai mais de 80% de suas divisas. O setor industrial é totalmente desestruturado pela ação do contrabando, o qual é alimentado até pelo setor oficial. O vizinho país sofre há 31 anos ditadura autocrática do Gen. Stroessner, apoiada por setores militares e oligarquias civis corruptas. O estado de sítio, que cancela a vigência dos direitos e garantias do cidadão, está em vigor no Paraguai de forma ininterrupta há 31 anos, constituindo-se no principal instrumento de repressão da ditadura. Também vigoram leis repressivas que são utilizadas pelo Poder Judiciário para "legalizar" a repressão de ideias e liberdades públicas. A Constituição vigente no Paraguai, reformada pela vontade do ditador, elimina o arbítrio político do Presidente da República e outorga-lhe poderes extraordinários, que rompem o equilíbrio dos poderes do Estado e consagra a ditadura vitalícia de uma pessoa. A ditadura paraguaia estabeleceu a filiação obrigatória ao partido oficial de todos os funcionários do estado, dos oficiais das forças armadas, dos professores e de todas as atividades relacionadas com o setor público. A violência institucionalizada e a corrupção generalizada são as armas utilizadas por Stroessner para permanecer no poder; a bandeira do anticomunismo e a doutrina da segurança nacional são os meios que permitem ao ditador paraguaio obter apoio dos governos militares dos países vizinhos e dos Estados Unidos, e ao mesmo tempo permite estender a repressão aos opositores além das fronteiras de seu país. Quase a metade da população do Paraguai, ou seja, mais de um milhão e duzentas mil pessoas, se viu obrigada a sair para o exterior por falta de garantias e de segurança. Para oferecer uma fachada democrática e enganar a opinião pública internacional o regime do Gen. Stroessner realiza eleições a cada cinco anos, eleições estas que se realizam debaixo do estado de sítio e com a ausência total de garantias para os opositores. Somente se permite a participação de partidos políticos pseudo-opositores que, em troca de umas poucas cadeiras no Parlamento, se prestam a avaliar a farsa democrática montada pela ditadura. A ditadura impõe no Paraguai uma censura à imprensa e informações gerais, censurando os órgãos independentes e perseguindo os periódicos. Todos os meios de comunicação escritos, falados e televisados são de propriedade de pessoas ligadas ao regime e com isso controlam e manipulam toda a informação que entra e sai do País.

Direitos Humanos:

A tirania do Gen. Stroessner se consolidou e manteve-se no poder pela violenta e criminosa repressão empreendida contra os cidadãos. A prisão dos opositores sem julgamento e sem eles poderem nem mesmo ter uma defesa é um dos recursos repressivos mais usados. Os presos políticos têm sido mantidos por longo tempo incomunicáveis e submetidos a torturas bárbaras. Hoje mesmo o Paraguai tem o preso político mais antigo do mundo — é o Capitão Napoleão Ortigoza, preso faz 22 anos por ter denunciado a corrupção existente na cúpula militar do governo do Gen. Stroessner. Estima-se em 360 mil o número de opositores que já passaram pelos cárceres de Stroessner nos 31 anos em que está no poder, e que há mais de 13 mil deles que foram mortos ou desapareceram, segundo cifras de organizações de direitos humanos internacionais. Através da montagem de um aparato policial estendido em todo o país e pelo controle que se exerce em qualquer atividade política, econômica, social e cultural, a ditadura tem aperfeiçoado seus métodos repressivos, trocando os aprisionamentos prolongados pelo desterro dos opositores e por detenções curtas, porém sistemáticas, que não se registram nas estatísticas mas servem para manter aterrorizada a população. Todos os dias produzem-se detenções maciças sem ordem judicial em todo o interior do país, cujas principais vítimas são os pobres agricultores que lutam para conservar suas terras. Atualmente, os agricultores despojados de suas terras para serem entregues a empresas estrangeiras latifundiárias são o setor mais castigado e perseguido pelas forças ditatoriais.

Situação Sócio-Econômica:

A tirania de Stroessner tem acentuado as desigualdades sociais e econômicas, que se caracterizam pela concentração e formação de grandes grupos econômicos amigos do poder e que detêm todos os privilégios e monopolizam os recursos em benefício de poucos, aumentando a